

29. JUN 2016

RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, SA
AVENIDA FERNÃO DE MAGALHÃES,
EDIFÍCIO DA RODOVIÁRIA
3000-178 COIMBRA

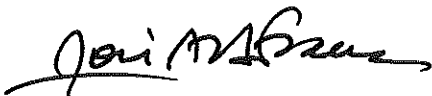
S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Data
		312/RJE/ASTP	28.6.2016
		042200103815907	

Assunto: Certificado para exploração de serviços em regime provisório

Junto se envia certificado para manutenção da exploração, em regime provisório, dos serviços de transporte rodoviário de passageiros registados no Sistema de informação de âmbito nacional, SIGGESC, emitido à vossa empresa nos termos da Deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., de 27 de junho de 2016 (de que igualmente se junta cópia).

Chama-se a vossa atenção para o limite de validade do presente certificado, estabelecido no último parágrafo do respetivo texto.

Com os melhores cumprimentos,



José Alberto Franco
Diretor de Serviços de Regulamentação
Jurídico-Económica

Certificado

*O serviço público de transporte de passageiros realizado pela empresa **RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, SA**, consubstancia, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros - RJSTP), um serviço público, necessário à mobilidade diária das populações servidas pelo mesmo, sendo do interesse público a respetiva manutenção sem interrupção nos termos do presente certificado.*

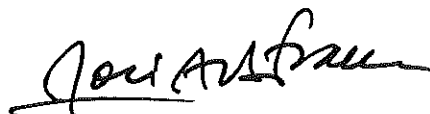
A Lei n.º 52/2015 vem prever a possibilidade de as autoridades de transporte autorizarem a manutenção da exploração do serviço público de transporte de passageiros, a título provisório, até 3 de dezembro de 2019.

O artigo 11.º da Lei n.º 52/2015 determina que esta autorização pressupõe a prestação, pelos operadores de transporte, de informação detalhada sobre os serviços prestados, de acordo com o artigo 22.º do RJSTP, a validar pelas autoridades competentes respetivas, processo esse que requer ainda alguns ajustamentos para a sua completa concretização.

Nos termos n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., autoriza a empresa acima identificada a manter a exploração, em regime provisório, dos serviços de transporte rodoviário de passageiros registados no Sistema de informação de âmbito nacional, SIGGESC.

A presente autorização é válida até à data de emissão da autorização para a manutenção do regime de exploração pela autoridade competente respetiva, nos termos do n.º1 do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, ou, no máximo, até 31 de dezembro de 2016.

Lisboa, 28 de junho de 2016



JOSÉ ALBERTO FRANCO
Diretor de Serviços de Regulamentação
Jurídico-Económica

DELIBERAÇÃO

Considerando que:

- O serviço público de transporte de passageiros é um serviço de interesse económico geral ("SIEG") cuja prestação é essencial ao suprimento das necessidades de deslocação quotidiana das populações, que não pode ser interrompido sob pena de grave lesão do interesse público;
- Foi opção do Estado português proceder, por um lado, à descentralização de competências em matéria de planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público do transporte de passageiros, nomeadamente por modo rodoviário, bem como, por outro, adaptar o regime legal nacional ao regime do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, o qual estabelece o modelo para a provisão de serviços de transporte público de passageiros e o regime de obrigações de serviço público ("OSP") e respetiva compensação;
- A referida opção foi materializada, *inter alia*, através da publicação e da entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho ("Lei n.º 52/2015"), que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros ("RJSPTP");
- Nos termos da Lei n.º 52/2015 e do RJSPTP, são autoridades de transporte, para além do Estado, ao nível local - municipal, intermunicipal e metropolitano - os Municípios, as Comunidades Intermunicipais ("CIM") e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto ("AML" e "AMP");
- Cabe ao IMT, I.P., nos termos da lei, para além da possibilidade de atuação por delegação do Estado como autoridade de transportes¹ assumir, transitoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, os direitos, poderes e deveres que cabem aos Municípios e CIM, caso e enquanto estes não assumam a totalidade das competências como autoridades de transportes que lhes são atribuídas pelo RJSPTP e demais legislação aplicável;
- Se encontra em curso o processo de autorização para manutenção do regime de exploração a título provisório dos serviços de transporte público rodoviário de passageiros atribuídos ao abrigo do ora revogado Regulamento de Transportes em Automóveis ("RTA"), o qual implica carregamento dos serviços em causa, pelos Operadores, num Sistema de informação de âmbito nacional – o Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras ou "SIGGESC" – e respetiva validação pelas competentes autoridades de transportes (*cfr. artigo 11.º da Lei n.º 52/2015 e artigo 22.º do RJSPT*);
- O referido processo se encontra em curso, carecendo ainda de ajustamentos que importa concretizar, tendo em conta a geometria variável no funcionamento de um mercado em

¹ Nos termos do n.º 3 do Artigo 5.º da Lei n.º 52/2015.

mutação concorrencial, potencialmente gerador de "falhas", que devem ser supridas, considerando o objetivo de assegurar a concorrência não falseada no mercado da mobilidade e dos transportes;

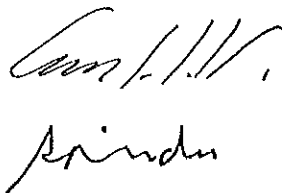
- O IMT, I.P., em cumprimento com as suas obrigações legais e estatutárias, tem vindo a assegurar, em articulação e coordenação com o Estado e demais autoridades de transportes, todos os passos necessários à implementação do novo RJSPTP, incluindo a gestão do Sistema de Informação de âmbito nacional (SIGGESC) e demais medidas destinadas à capacitação das novas autoridades de transportes.

O Conselho Diretivo do IMT, I.P., ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio, e ouvida a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que no âmbito das suas competências, emitiu Pronúncia favorável, delibera o seguinte:

1. Aprovar a minuta de certificado, anexa à presente Deliberação, que deve, quando aplicável e nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, ser emitido pelo IMT, I.P., com o objetivo de assegurar a continuidade, sem interrupção, da provisão do serviço público de transporte de passageiros em modo rodoviário, assegurando o interesse público inerente às necessidades de mobilidade quotidiana das populações.
2. Determinar que tal certificado apenas é emitido pelo IMT, I.P., quando estiver preenchido o requisito de registo dos serviços no SIGGESC nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 52/2015, e do RJSPTP, bem como demais legislação e atos regulamentares aplicáveis.
3. Determinar que o certificado é válido até à data de emissão da autorização para a manutenção do regime de exploração pela autoridade competente respetiva, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015 ou, no máximo, até 31 de dezembro de 2016.
4. A presente Deliberação produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Lisboa, 27 de junho de 2016

O Conselho Diretivo



ANEXO

CERTIFICADO

[Minuta]

O serviço público de transporte de passageiros realizado pela empresa [Nome do Operador] consubstancia, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho (que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros - RJSPTP), um serviço público, necessário à mobilidade diária das populações servidas pelo mesmo, sendo do interesse público a respetiva manutenção sem interrupção nos termos do presente certificado.

A Lei n.º 52/2015 vem prever a possibilidade de as autoridades de transporte autorizarem a manutenção da exploração do serviço público de transporte de passageiros, a título provisório, até 3 de dezembro de 2019.

O artigo 11.º da Lei n.º 52/2015 determina que esta autorização pressupõe a prestação, pelos operadores de transporte, de informação detalhada sobre os serviços prestados, de acordo com o artigo 22.º do RJSPTP, a validar pelas autoridades competentes respetivas, processo esse que requer ainda alguns ajustamentos para a sua completa concretização.

Nos termos n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. autoriza a empresa acima identificada a manter a exploração, em regime provisório, dos serviços de transporte rodoviário de passageiros registados no Sistema de informação de âmbito nacional, SIGGESC.

A presente autorização é válida até à data de emissão da autorização para a manutenção do regime de exploração pela autoridade competente respetiva, nos termos do n.º1 do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, ou, no máximo, até 31 de dezembro de 2016.

[Data de emissão]

[Assinatura]

